

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP tem vindo a acompanhar com preocupação o setor da vigilância privada e a realidade laboral marcada pelo desrespeito e incumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Vários têm sido os exemplos de desrespeito e violação da contratação coletiva quanto ao pagamento do trabalho extraordinário, em dias feriados e fim-de-semana, desregulamentação dos horários de trabalho, incumprimento de tempo de descanso, decisão unilateral de alteração de local de trabalho.

Recentemente tivemos conhecimento de situações de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores praticadas pela empresa "Aner Segurança SA" no Centro Hospitalar de Lisboa. Tais ilegalidades consubstanciam-se no não pagamento de subsídios de férias e de Natal desde há vários anos, salários e créditos laborais em atraso.

Esta situação é da maior gravidade e profundamente nefasta para a vida destes trabalhadores. Para além disso, a confirmar-se esta situação gravíssima podemos estar perante o incumprimento de um critério para que continue a assegurar este serviço neste Centro Hospitalar.

O Estado tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento da lei e assegurar que as empresas que desempenham estas funções cumprem todos os requisitos legais, desde logo as leis laborais.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o seguinte:

1. Que tipo de acompanhamento tem realizado o Governo a esta empresa, designadamente através da ação inspetiva da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)?

2. Nos últimos 10 anos esta empresa foi sujeita a alguma ação inspetiva da ACT? Se sim, quais as respetivas conclusões?
3. Que medidas vai tomar para garantir o cumprimento da lei e dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 7 de setembro de 2017

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)